DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.ICN-3530/2015**
PROCESSO TC/MS	:	TC/11150/2014
PROTOCOLO	:	1520897
ÓRGÃO	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO SUL
ORDENADORA DE DESPESAS	:	NILZA RAMOS FERREIRA MARQUES
CARGO DA ORDENADORA	:	PREFEITA
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 076/2014
ÓRGÃO JULGADOR	:	JUÍZO SINGULAR
RELATOR	:	CONS. IRAN COELHO DAS NEVES
CONTRATADA	:	SUZINI & DE PAULA, SERVIÇOS DE ADVOCACIA S/S
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2014
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA ECONÔMICO-FISCAL PARA O ACOMPANHAMENTO E LEVANTAMENTO DE DADOS DE ARRECADAÇÃO DO ICMS – ECONÔMICO, OBJETIVANDO A ELEVAÇÃO DO ÍNDICE DO MUNICÍPIO COM ELABORAÇÃO DE RECURSOS, SE NECESSÁRIO, EM RELAÇÃO AO ÍNDICE DE ICMS, PERANTE O ESTADO/MS.
VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO	:	R$ 72.000,00

EMENTA. CONTRATAÇÃO PÚBLICA. 1ª E 2ª FASES. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA ECONÔMICO-FISCAL PARA O ACOMPANHAMENTO E LEVANTAMENTO DE DADOS DE ARRECADAÇÃO DO ICMS – ECONÔMICO, OBJETIVANDO A ELEVAÇÃO DO ÍNDICE DO MUNICÍPIO COM ELABORAÇÃO DE RECURSOS, SE NECESSÁRIO, EM RELAÇÃO AO ÍNDICE DE ICMS, PERANTE O ESTADO/MS. REGULARIDADE E LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO REALIZADO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO. PROSSEGUIMENTO.

O processo em epígrafe se refere à análise do procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 043/2014 (peça 7) e formalização do Contrato Administrativo nº 076/2014 (peça 18), firmado entre o **Município de Novo Horizonte do Sul - MS**, CNPJ/MF n° 37.226.644/0001-02, representado pela Prefeita, Srª. Nilza Ramos Ferreira Marques, CPF/MF n° 312.512.261-91 e de outro lado a empresa **Suzini & de Paula, Serviços de Advocacia S/S**, CNPJ/MF nº 10.850.226/0001-35, representada pelo Sr. Raphael Suzini de Paula, CPF/MF nº 967.567.051-72, como contratada.

O objeto do presente contrato é a prestação de serviço de assessoria e consultoria econômico-fiscal para o acompanhamento e levantamento de dados de arrecadação do ICMS – Econômico, objetivando a elevação do índice do município com elaboração de recursos, se necessário, em relação ao índice de ICMS, perante o Estado/MS, no valor de R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).

A 2ª Inspetoria de Controle Externo, através da análise ANA-2ICE-17671/2014 (peça 21) se manifestou pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 043/2014 e formalização do Contrato Administrativo n° 076/2014.

O Ministério Público de Contas analisou os documentos acostados nos autos e por meio do parecer PAR-MPC-GAB.6DR.JAC-4853/2015 (peça 24) opinou pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório e da formalização do instrumento respectivo, nos termos do artigo 120, I e II da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

É o relatório.

Conclusos vieram os autos para decisão.

Cumpridos os pressupostos processuais e instruídos regularmente os autos, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, parágrafo único, II, “b”, da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

O mérito da questão repousa na análise do procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 043/2014 e na formalização do Contrato Administrativo nº 076/2014.

No que tange ao procedimento licitatório, este seguiu os ditames da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente o disposto na Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, acompanhado da dotação orçamentária garantidora dos dispêndios, da aprovação pela assessoria jurídica, da habilitação dos licitantes, das atas e deliberações e dos atos de adjudicação e homologação do resultado.

O instrumento de contrato foi formalizado de acordo com as determinações do capítulo III da Lei Federal nº 8.666/93 e estabelece com clareza e precisão as condições para a sua execução.

O contrato foi firmado em 11/6/2014 e a publicação de seu extrato ocorreu em 30/6/2014 (peça 19), em conformidade com o prazo estabelecido pelo parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal n° 8.666/93.

Desta forma, acolho o posicionamento adotado pelo eminente Procurador de Contas porquanto, de fato, o procedimento licitatório e a formalização do contrato administrativo se mostram adequados às normas legais vigentes.

Ante o exposto, com fundamento legal no artigo 21, II e artigo 59, I, ambos da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, combinado com os artigos 9º e 10, II, artigo 120, I e II, artigo 121, I e II e artigo 171, da Resolução Normativa TC/MS n° 76, de 11 de dezembro de 2013, acolho o parecer ministerial e **decido**:

1 – Pela **regularidade** e **legalidade** do procedimento licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 043/2014 e formalização do Contrato Administrativo nº 076/2014, firmado entre o **Município de Novo Horizonte do Sul - MS**, CNPJ/MF n° 37.226.644/0001-02, representado pela Prefeita, Srª. Nilza Ramos Ferreira Marques, CPF/MF

n° 312.512.261-91 e de outro lado a empresa **Suzini & de Paula, Serviços de Advocacia S/S**, CNPJ/MF nº 10.850.226/0001-35, representada pelo Sr. Raphael Suzini de Paula, CPF/MF nº 967.567.051-72, como contratada;

2 – Pelo retorno destes autos à 2ª ICE para que aguarde a total execução financeira do contrato, nos termos do artigo 84, parágrafo único, II, "a" combinado com o artigo 120, § 2º do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

3 - Pela intimação dos interessados acerca do resultado deste julgamento, em conformidade com o artigo 50, I, da Lei Complementar nº 160, de 02 de Janeiro de 2012, combinado com o artigo 70, § 2º e artigo 99, da Resolução Normativa TC/MS n° 76, de 11 de dezembro de 2013.

Campo Grande - MS, 20 de maio de 2015.

IRAN COELHO DAS NEVES
Conselheiro-Relator